

CVM quer atrair investidor externo

Aylé-Salassié
Enviado especial

São Paulo — “O Brasil não pode tornar-se uma nova Albânia, uma Nicarágua, retornar ao estágio de meio século atrás da União Soviética ou de 25 anos atrás na China”, disse ontem o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Arnaldo Wald, ao defender, junto a cerca de 300 empresários, reunidos num seminário sobre a conversão da dívida, no Maksoud Plaza Hotel, “uma revolução de comportamento e mentalidade para que os investidores estrangeiros encontrem no Brasil as mesmas garantias que o mercado lhes dá nos seus países de origem”.

“Da mesma forma, que, na década de 60, reformamos as empresas patriarcais e as corretoras individuais para construir nosso mercado de capitais”, disse, “devemos agora adotar uma nova disciplina tanto nas sociedades abertas, como nas bolsas, para acertar e consagrar os paradigmas e padrões do mercado internacional”.

Arnoldo Wald chamou a atenção dos empresários presentes ao seminário — promovido pela Gazeta Mercantil — que “o Governo decidiu modernizar a economia brasileira, utilizando, inclusive, o capital estrangeiro, e acabando de vez com a economia autárquica, fechada, e desvinculada do resto do mundo”, mediante uma política de desregulação, iniciada no ano passado, e que se completa, nos próximos dias, propondo a redução do papel do Estado na economia, o restabelecimento das leis de mercado, para as quais, observou: “Que não podem ser controladas por nenhuma Constituinte”.

Idade da dívida

O presidente da CVM fez uma rápida avaliação das pendências econômicas dos três últimos anos

para cá, dizendo que vem ocorrendo uma internacionalização do mercado de ações e das operações em bolsa. Isso demonstra, frisou, que a idade da dívida acabou e surgiu a idade do capital”.

Estabeleceu, em seguida, algumas comparações do mercado de capitais do Brasil e do exterior, para explicar a fragilidade brasileira. Informou que o valor de mercado das 1.000 principais empresas nacionais de capital aberto pode ser estimado, hoje, em US\$ 30 bilhões. Para se ter uma idéia do que isso representa, disse, basta, lembrar que o Japão sozinho investiu no exterior, em ações no ano de 1986, cerca de US\$ 29 bilhões, e que o mercado financeiro de Londres negocia, diariamente, US\$ 2 bilhões em ações estrangeiras.

Não podemos nos esquecer, continuou, que os fundos norte-americanos têm aplicados cerca de US\$ 300 bilhões, dos quais US\$ 50 bilhões em ações no exterior. Nas privatizações francesas e inglesas, entre 10% a 20% das empresas foram colocados no estrangeiro,

em especial nos Estados Unidos, Canadá e Japão.

Isolamento

O Brasil ficou, até o final do ano passado, isolado desta conjuntura, por ter uma legislação excessivamente restrita, além de sofrer de uma instabilidade econômica e monetária particular. Ao longo do tempo, esta postura inibiu o investimento no mercado brasileiro de tal forma, disse, que, embora sejamos a 8ª economia do mundo, esta capitalização é inferior, hoje, que à de Hong-Kong, e à da Coreia do Sul, à de Taiwan, Bélgica ou Dinamarca.

Advertiu o presidente da CVM para o fato de que ou o Brasil não pode perder a chance que o mercado está lhe oferecendo: “Se queremos substituir a dívida externa pela participação, não mais podemos considerar o investidor um tolo e arrogante”. Entende que essas operações devem ser transparentes para que se possa, também, agregar o capitalista e o operário no mercado de ações.

Ancor achou um sucesso

São Paulo — O presidente da Associação Nacional das Corretoras (Ancor), Fernando Carramaschi, considerou um sucesso o segundo leilão dos títulos da dívida externa brasileira para conversão em investimento, realizado quinta-feira na Bolsa de Valores de São Paulo. “O Brasil conseguiu, com isso, reduzir parte de sua dívida e tudo ocorreu de acordo com as expectativas do mercado”.

Carramaschi explicou que a cotação da dívida brasileira no exterior melhorou nos últimos meses e este fato elevou o nível do deságio (desconto) dos papéis para 32%. O presidente

da Ancor, ao avaliar o interesse do mercado em participar deste no mercado em participar deste tipo de operação, afirmou que o ideal seria a realização dos leilões em períodos de 20 dias e não mensalmente, como vem ocorrendo.

O próximo leilão está marcado para o final do mês de maio, possivelmente na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Carramaschi disse que embora exista o interesse de outras praças em sediar o evento, a localização do pregão não influi nos resultados, uma vez que todas as corretoras dele podem participar.